

SILVA, Reijane Pinheiro e Apoliana Ribeiro de Sousa. "Alcoolismo e uso do álcool entre os Akwen Xerente do Tocantins: a perspectiva indígena". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 42, p. 109-120, dez de 2015. ISSN: 1676-8965.

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

Alcoolismo e uso do álcool entre os Akwen Xerente do Tocantins A perspectiva indígena

*Reijane Pinheiro da Silva
Apoliana Ribeiro de Sousa*

Recebido: em 15.10.2015

Aceito em: 10.11.2015

Resumo: Este trabalho propõe a problematização das representações acerca do alcoolismo entre os Akwen Xerente, presentes nos discursos da sociedade envolvente, considerando a perspectiva indígena como contraponto a essas representações. Fruto de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho (PET- Saúde Indígena), no período de 2013 e 2014, as reflexões aqui apresentadas questionam os estigmas que associam os indígenas ao ócio e ao alcoolismo que, além de desconsiderarem a alteridade em questão, não favorecem abordagens que contribuam para o seu protagonismo em relação ao tema. **Palavras-Chave:** uso do álcool, povo Akwen Xerente, perspectiva indígena

Introdução

Esse trabalho é resultado de um conjunto de observações realizadas durante o primeiro ano de vivências no Projeto PET- Saúde Indígena Akwen, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), denominado "Promoção da saúde e discussão sobre o uso do álcool na área Akwen Xerente (aldeias Salto, Porteira e Funil): através da valorização da cultura e da interconexão de saberes (biomédico e tradicional indígena)". O projeto se insere no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho (PET SAÚDE) do Ministério da Saúde e é executado em parceria com o Distrito Especial Sanitário Indígena do Tocantins (DSEI-TO). O principal objetivo dos grupos Pet Saúde é promover a qualificação dos acadêmicos da área da saúde ao

mesmo tempo em que visa o fortalecimento da atenção básica através do estreitamento das relações entre ensino e serviço.

A equipe do projeto é formada por alunos dos cursos de serviço social, medicina, nutrição e enfermagem da UFT, além de preceptores que são os profissionais que atuam diretamente nos serviços de saúde indígena. O projeto Pet Saúde Akwen iniciou suas atividades junto ao DSEI-TO em agosto de 2013, atuando de forma complementar e buscando o fortalecimento da rede de atenção básica nas Terras Indígenas Funil e Xerente (TI Funil e TI Xerente) em Tocantínia, no estado do Tocantins (TO), mais especificamente nas aldeias Salto, Porteira e Funil, por meio de a-

ções de prevenção e promoção em saúde.

A importância desse tema se dá pelo fato de que o uso do álcool entre povos indígenas no Brasil é utilizado de forma recorrente para explicar condições sociais como a pobreza, ócio e até mesmo a prática de crimes. Nas cidades circundantes às áreas indígenas no Tocantins é comum a identificação dos indígenas como alcoólatras e preguiçosos, “que vivem dos benefícios do governo, sem trabalhar e bebendo o dia todo” (SILVA, 2010). Outros pesquisadores também indicam a associação dos indígenas com o alcoolismo em outras partes do Brasil (LANGDON, 2001). Nesta direção é importante pensar como o uso do álcool, no caso específico do Povo Akwen Xerente, tem sido interpretado pelos próprios indígenas, a fim de problematizar estas perspectivas e situá-las no contexto de fricção étnica que, na perspectiva apresentada por Oliveira (1972), amplia a possibilidade de compreensão da sociedade nacional a partir da análise da sua relação com os povos indígenas. em questão.

Segundo Langdon (2001), existe uma diversidade de situações ligadas ao consumo de bebidas alcoólicas: o contexto em que se aprende a beber, as variações nos estilos de beber, a intensidade do consumo, as representações do beber e as variações nos estilos de beber. Nesta direção a universalidade do termo alcoolismo não é pertinente a realidades culturais diferentes da ocidental e seu uso precisa ser problematizado. Considerando que estas reflexões são preliminares, uma vez que a pesquisa-extensão está em curso, a coleta das narrativas foi realizada a partir das vivências e registros em diários de campo, de rodas de conversa realizadas em algumas aldeias do Povo Akwen Xerente, conduzidas pela equipe do DSEI-TO e pelos alunos do Pet saúde no período entre novembro de 2013 e julho de 2014.

Os akwen-xerente: aspectos histórico-antropológicos do contato

No Tocantins vivem sete Povos Indígenas: os Akwen-Xerente, Mehin-Krahô, Pahin-Apinajé, Iny-Javaé-Karajá-Xambioá, os Krahó-Kanela e Avá Canoeiro. Todos esses povos, a despeito das representações dominantes, se constituem como fundamentalmente singulares. Suas perspectivas cosmológicas e sua organização social diferem significativamente

O Povo Indígena Akwen Xerente ocupa duas terras indígenas na cidade de Tocantínia, TO, estado incluído na região Norte e na Amazônia legal. São 3008 indivíduos aldeados e 184 vivendo fora das reservas. Os aldeados estão distribuídos em 62 Aldeias (DSEI-TO, 2013). Historicamente os Akwen enfrentaram vários processos de violência implementados pela sociedade envolvente, entre estas, a representação de que os indígenas são alcoólatras foi e é amplamente utilizada como forma de dominação e marginalização, especialmente quando interesses conflitantes relativos à posse da atual terra indígena estavam em jogo e quando os indígenas reivindicam direitos junto ao poder público. Sabemos que os primeiros contatos entre colonizadores e povos indígenas se deram no litoral, todavia, movidas por interesses econômicos as frentes de colonização nos séculos XVII e XVIII adentraram rumo ao centro do país em busca de riquezas, contatando grupos indígenas até então tidos como isolados da sociedade. Darcy Ribeiro explica que os Akwen Xerente viviam nas regiões de campos e possuíam uma organização social complexa, baseada em metades de clãs, cujas posições nas aldeias circulares eram rigidamente reguladas segundo o quadrante solar. Ocupavam um extenso território que ia desde a bacia do Rio Tocantins, no sul do Estado de Goiás até o Estado do Maranhão, mas que foi drasticamente reduzido pelas expedições colonizadoras. Os

Akwen Xerente enfrentaram a ambição dos criadores de gado que cercavam o território de norte ao sul impactando diretamente a sobrevivência do grupo, tendo em vista que o gado afugentava a caça. Enfrentaram também as bandeiras e os garimpeiros que adentravam o território em busca de ouro e diamantes, além de terem sido submetidos à política indigenista fundada na lógica positivista de integração dos povos indígenas à sociedade nacional.

Em 1874 os Akwen contavam com mais de 4000 índios, já em 1957 apenas com cerca de 350 pessoas. Segundo levantamentos recentes do DSEI-TO em 2013 haviam 3008 indígenas Akwen Xerente (DSEI-TO, 2013). Moi (2007) explica que o resultado histórico da convivência entre eles e os não índios resultou em um emaranhado de transformações de cunho político, social e cultural. No entanto, eles permanecem se comunicando através da língua materna, se reconhecendo e sendo reconhecido como indígenas. A luta pela terra para os Akwen é uma questão básica de sobrevivência e perpassa toda sua historicidade. No entanto, é importante ressaltar que a própria demarcação se inscreve a partir de uma perspectiva ocidental, uma vez que o sentido de território é diferente do sentido de reserva. Para eles território é um espaço onde habitam seres visíveis e invisíveis, universo dos ancestrais e articulador da cosmologia e sociabilidade do grupo. Mesmo depois da demarcação a pressão de grandes projetos, como a Usina Hidrelétrica de Lajeado no Rio Tocantins no ano 2000 e a própria construção da capital do estado, Palmas, em 1992, a menos de 100 km da área, continuam impactando a sociedade Akwen, que do ponto de vista econômico vive a escassez de peixes e caça, alimentos tradicionalmente consumidos.

A história aponta que esse povo deslocava-se de um território para outro adotando uma mobilidade diretamente

ligada à cosmologia do grupo, uma vez que compreendiam que a terra “precisava descansar” para depois ser novamente ocupada. A vida social é compreendida de forma dual e ao mesmo tempo profundamente vinculada a tudo que a cerca (LÉVI-STRAUSS, 2004). A organização social é estruturada em metades compostas por clãs. A metade associada ao Sol inclui os Clãs Kuzap-*tedkwá* (Os donos do fogo), *Kbazidkwá* (os donos do algodão) e *Kritóidkwa* (Os donos do jogo com a batata assada ou os donos da borracha). A metade *Wahiré*, os clãs *Krozaké*, *Keprehi* e *Wahiré*.

Nimuendaju (1942) descreve a relação dos Akwen com a tríade mitológica Sol, Lua e Estrela (planeta Vênus), que orientavam a vida cotidiana, marcando o tempo propício para atividades de caça e pesca, jejum e aprendizado. Os dias em que a lua aparecia deveriam ser dedicados à pesca, nos dias de sol à caça e nos dias da estrela todos deveriam se dedicar a ensinar e aprender. O tempo do grande jejum (*dahêwakurkwa*, em Akwen), era o momento em que os velhos, especialmente, se ocupavam da educação dos jovens e dos adultos do grupo, no *Warã*, a casa dos rapazes. Na tradição Akwen o sentido do *Warã* demonstra uma concepção que claramente se opõe ao modo de fazer da educação ocidental. A palavra *Warã* significa, simultaneamente, a casa dos homens que ficava no centro da aldeia e o próprio espaço do centro da aldeia onde as lideranças e anciãos se reuniam para decisões importantes. Na casa dos homens os Akwen aprendiam tudo o que precisavam para viver e ser “gente importante”¹.

Brito Xerente (2013) esclarece que a palavra *Warã* é também utilizada para lugares onde ocorre a reunião do povo Akwen, a exemplo da Praça Central da cidade de Tocantínia, onde nego-

¹Akwen significa indivíduo, gente importante e é a forma como os Xerente se auto-denominam.

ciam seu artesanato e onde permanecem quando precisam esperar para resolver problemas na cidade. Na praça eles se reúnem para conversar, interagir e consequentemente aprender. Giralдин & Melo (2012) citam, ainda, que o Warã é também o lugar da habitação provisória no mato, no momento em que os mais velhos estão ensinando os mais jovens a caçar, pescar e desenvolver outras habilidades de interação com o meio. Diante dessas considerações podemos sugerir que o Warã remete à sociabilidade Akwen, onde viver e educar são processos indissociáveis e acontecem no desenrolar cotidiano, além de envolver as decisões dos indivíduos e dos outros seres do ambiente que os cerca.

O processo de colonização e ocupação da região central do Brasil, mais precisamente no período entre os séculos XVII e XIX, é marcado pelas inúmeras tentativas da Igreja e do Estado de aldearem os povos indígenas, sob o argumento da pacificação e desconsiderando as diferenças entre os grupos. Já os mineradores e criadores de gado, vêem o indígena como um empecilho que deve ser exterminado. Depois de séculos vivendo o processo do contato e das violências empreendidas a seu desfavor, os Akwen Xerente conseguiram que parte do território que tradicionalmente ocupavam fosse demarcado. O desafio passa a ser o da adaptação a uma nova relação com o território, uma vez que a demarcação modificou totalmente as formas de vida do povo, que foi obrigado a fixar-se a um local específico, resultando em modificações profundas, como aponta Brito (2013, p.13):

A primeira mudança foi o fato de cada vez mais esse povo ter que se fixar em um local. Ou seja, o fato de serem nômades era outro fator importante na vida dos Xerente. Estes podiam se mudar quando bem entendessem ser necessário. Iam à busca de novas terras, fortes e boas e aquela ficava em pouso. Iam para um lugar novo e

saudável. Porém, isso não é mais possível, não há mais terras para ir, em função dos processos de ocupação. Hoje, o viver no mesmo lugar é se sujeitar a uma vida de poluição, como acontece com as cidades e estar confinado em uma única aldeia.

Em outras palavras, o processo de demarcação, apesar de necessário para a sobrevivência do grupo, provocou uma grande mudança, pois prendeu os Akwen ao território. Além disso, de acordo com as narrativas do próprio povo, o espaço demarcado vem se tornando insuficiente para a sobrevivência do grupo que se encontra em um processo de intenso crescimento demográfico, como é possível deduzir dos dados apontados anteriormente. Paradoxalmente, a demarcação da terra e as garantias asseguradas pela Constituição de 1988 permitiram o aumento demográfico dos Povos Indígenas no Brasil, a exemplo dos Akwen Xerente, mas impõe novos desafios, uma vez que a relação desses povos com o território se dá a partir de perspectivas completamente diferentes da ocidental que, por sua vez, orienta os processos de demarcação. As relações entre indígenas e não indígenas na região de Tocantínia podem ser compreendidas na perspectiva da fricção interétnica, como já apontamos (OLIVEIRA, 1972), que se define como o contexto em que grupos com interesses opostos dividem o mesmo espaço e ao mesmo tempo em que disputam se influenciam mutuamente. Esse processo dialético, que mantém conflitos e preconceitos latentes, nos permite compreender as constantes transformações nas culturas em questão, ainda que um olhar apressado faça parecer que o povo indígena está "perdendo a cultura" ou se aculturando. Nas palavras de uma liderança indígena esse aspecto conflituoso se manifesta mais fortemente na disputa pelo espaço-território antes pertencente aos indígenas: *Antes toda essa terra era nossa, hoje os índios vêm para cidade e*

tem que comprar uma casa nas terras que eram nossas, de nossos ancestrais. Pensando bem, nos não saímos de nossas terras para ir para as cidades, foram as cidades que cresceram em nossas terras.

Uso do álcool e alcoolismo nas narrativas do povo akwen-xerente

Segundo relatório da área técnica de saúde mental do DSEI-TO, referente ao ano de 2013, o uso do álcool é um agravamento de saúde significativo para os povos do estado do Tocantins². A coleta foi realizada pelos profissionais de saúde das áreas indígenas, a partir de um instrumento que indicavam se o consumo era “leve”, “moderado” ou “problema”. O relatório aponta que 13,27% da população indígena aldeada, do estado do Tocantins, faz uso problemático do álcool. Entre aos povos do estado anteriormente citados, os Krahô aparecem em destaque em consumo problema, enquanto os Xerente tem o menor percentil em consumo geral, mas com uma aldeia que se destaque com o maior número de indivíduos que se encaixam na categoria comumente utilizada pelos profissionais da saúde mental de “bebedor problema”.

No âmbito do saber biomédico ocidental a própria definição de alcoolismo é relativamente recente. Ainda segundo Langdon, apesar das bebidas alcoólicas serem conhecidas historicamente pelas sociedades humanas foi apenas no século XVIII que os problemas associados ao seu consumo excessivo passaram a ter maior atenção por parte da medicina, quando Benjamim Rush descreve os seus efeitos no corpo e na mente humana, concebendo a dependência do álcool como enfermidade. Em 1849, Magnus Huss, passou a designar o rol de consequências somáticas da ingestão excessiva de bebidas alcoólicas de alcoolismo. Apesar disso, o

² DSEI-TO, 2013.

consumo excessivo de bebidas continuou a ser considerado vício ou fraqueza de caráter. Décadas depois a Organização Mundial de Saúde reconheceu o termo como patologia. É importante considerar que a concepção do alcoolismo como doença foi elaborada no contexto biomédico e marcadamente positivista da Idade Moderna, sob bases moralistas, preconceituosas e que por vez estigmatizavam o alcoolista e sua família. Para Fernandes (2004, p.19) a “noção de alcoolismo está relacionada a um progressivo controle social dos prazeres e do comportamento individual”. Acrescentamos que essa perspectiva é fundamentalmente associada à mentalidade burguesa moderna centrada em uma moralidade cujo centro era o indivíduo “equilibrado” e apto a produzir. A nomenclatura alcoolismo passa por uma nova adaptação nas mãos dos teóricos Edwards e Gross (1976), passando a ser denominado como Síndrome da Dependência do Álcool (SDA), entendido como uma graduação que se inicia com a ingestão até se atingir a dependência, em um espaço de tempo que varia entre cinco e dez anos.

Discutir uso do álcool e dependência entre povos indígenas implica em considerar a alteridade que os constitui e a relação desses povos com as bebidas etílicas. Para essa análise é fundamental o registro das interpretações indígenas, que nos ajudará a entender com essa realidade é percebida pela própria comunidade e que representações associadas se manifestam nestas narrativas. Para alguns indígenas Akwen, as “bebidas” foram introduzidas na relação com os não índios e poucos registram sua utilização nos rituais da cultura Akwen antes do contato:

A bebida já entrou depois desse contato mesmo, porque antes os indígenas não tinham o contato com o não indígena, eles moravam na aldeia isoladamente. Inclusive eu estou fazendo uma pesquisa sobre a influência

da tecnologia agrária nas sociedades indígenas, antes os indígenas não conheciam a tecnologia. Eles viviam isoladamente nas aldeias, eles produziam os alimentos deles caçavam, pescavam para poder garantir o seus alimentos e até os esses temperos eles não utilizavam para temperar as suas comidas.

A representação de que “a bebida destrói” famílias também está presente nas leituras que os indígenas fazem sobre o seu uso:

E a bebida alcoólica também destrói famílias, porque os indígenas eu digo que não sabem beber porque eles bebembastante, eles bebem até cair. Já os não indígenas eles já bebem socialmente. Isso foi se expandindo, que hoje até os jovens estão entrando no alcoolismo, mas não são todos, assim, porque hoje a maioria dos jovens está se interessando muito e estão tendo mais interesse do que os mais velhos pelos estudos. Hoje em dia na vida cotidiana dos indígenas eles necessitam estudar, porque eles já percebem que podem melhorar as suas vidas através do estudo, por que na aldeia a gente sabe como é que é a sobrevivência, as dificuldades nas aldeias, e para os mais velhos é tranquilo tá tudo beleza, porque eles não se preocupam com essas coisas de modernidade essas coisas de tecnologia, vivendo lá tá de boa pra eles, mas nos que somos jovens já temos outra mentalidade. Nós queremos estudar para melhorar as condições de vida adquirir os seus bens, já os mais velhos não. Eles incentivam mais é a cultura para não esquecer as danças os rituais. Ena maioria das aldeias, por que os indígenas se embebedam e ficam as vezes em torno de semanas bebendo aqui na cidade? Porque na maioria das aldeias e tem em torno de 68 aldeias, os caciques não deixam entrar bebida lá dentro. Mas o que acontece? Ele vem se embebedam e voltam bêbados nas aldeias, eles não podem comprar e levar, mas tem sempre as falhas porque eles podem levar escondido, e consumir a bebida

escondido, mas não pode, na minha aldeia mesmo não deixa.

Essa narrativa se mostra interessante por apresentar um conflito entre gerações e sugerir que os mais velhos estariam mais “adaptados” à vida na cultura, mas que os jovens estariam se sentindo desafiados a estudarem, teriam “outra mentalidade”. No que se refere ao uso do álcool, o narrador considera que “os índios não sabem beber socialmente”, como os não índios e que a maioria dos jovens não bebem, pelo contrário se sentem desafiados a estudar. Outro elemento é que o narrador atribui o uso do álcool nas cidades ao fato dele ser proibido em algumas Aldeias. A ideia que permeia o texto é a de que os mais velhos, que são considerando pelo Povo Akwen como os guardiões da cultura, ao proibirem bebidas e até o futebol, atividade muito praticadas pelos indígenas em todo o Brasil, acabam “motivando” os índios a beberem na cidade. Percebemos que o incômodo se dá pela exposição dos indígenas bêbados na praça principal, o que nos faz pensar que o problema maior estaria associado ao estigma do “índio alcoólatra”, que é reforçado na imagem desses indivíduos alcoolizados e expostos.

Outra narrativa também apresenta o mal-estar causado pela representação do “índio alcoólatra”.

Porque todo mundo pensa que todos os indígenas consomem bebida alcoólica, só por que veem uns bêbados aí, caídos na praça, aí eles pensa que todos os indígenas consomem e são bêbados. Mas nem todos são e nem todos bebem. É igual aos não indígenas. A realidade das aldeias com as cidades quase não têm diferença, porque nas aldeias também têm índios que são crentes que são pastores, e nas aldeias também, na maioria delas têm uma casa que eles frequentam, cultua a Deus faz oração, essas coisas assim, então essas pessoas que frequentam essas igrejas não bebem, igual aos não indígenas, muitos são

batizados e têm essa consciência, e já têm muita influência.

Como vimos, as lideranças indígenas e anciãs se posicionam contra o consumo de bebidas alcoólicas nas aldeias, mas esse posicionamento, é importante destacar, não se constitui como uma regra geral: *É mais uma orientação para que o povo não consuma a bebida alcoólica devido às várias consequências que já trouxe para o povo e também em respeito à cultura*, afirmou uma liderança. Isso porque, segundo o indígena: *a proibição não era e não é a solução, tinha que ser trabalhado a prevenção constantemente*. Essa proibição pode ser inscrita de duas formas, a primeira institucional regulada por lei e imposta pelas instâncias controladoras do Estado como a que foi instituída por meio do Estatuto do Índio Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973¹², e que na atualidade começa a ser questionada, principalmente pelo preconceito e estigma gerado contra o indígena, além de sua ineficácia comprovada, segundo os próprios:

A coisa proibida nunca foi a solução. A coisa proibida parece que chama mais a pessoa a praticar. Ali em Tocantínia mesmo, teve um tempo em que eu era pequeno foi proibida mesmo, com um controle muito rígido a pessoa não comprava, mas não resolveu. Eles compravam coco furava e lá colocava, porque o comércio tem que vender eles sobrevivem disso. Eles compravam também querosene e trocavam. Uma vez eu vi um índio com um coco e ele fechava os olhos, e eu pensava esse coco deve estar quente, aí me chamou assim e quando eu fui lá era bebida. Depois da constituição de 1988 o estatuto ele está quase sendo revisado, e depois da constituição que viu que isso não têm mais validade nenhuma e que não pode proibir.

Percebemos assim que o proibicionismo nos chama a atenção para outras categorias, como, por exemplo, a

violação da liberdade, pois impõe ao outro um modelo de comportamento que por vezes leva à criminalização, à punição e à gênese do comércio clandestino. Outra narrativa corrobora essa tese:

Eu não me lembro o ano a data, mas aqui na cidade foi proibida a venda de bebida a venda de bebidas alcoólicas para os indígenas, mas assim, ninguém respeita essa lei. A proibição não resultou, os comerciantes continuaram vendendo da mesma forma.

A segunda forma de proibicionismo é quando ao próprio povo adota tal estratégia para controlar o uso de bebidas nas aldeias. Em ambos os casos o povo Akwen Xerente se posiciona contrário tanto ao proibicionismo institucional, quanto ao de autocontrole dentro da etnia. Percebemos este preceito durante uma roda de conversa sobre álcool, quando um cacique ressaltou em seu discurso que para os Akwen a solução não é proibir, mas sim convencer o indígena dependente alcoólico a fazer o tratamento e também prevenir junto ao público que ainda não faz uso das substâncias. A crítica à proibição apontada pelo povo Akwen é mais do que uma mera questão de terminologia, se inscrevendo como a vontade de encontrar medidas alternativas que proporcione caminhos mais eficientes, como aponta Perduca (2005, p.54):

A proibição enfraquece todos os aspectos da vida humana, estabelece a presença de leis e políticas que promovem modelos éticos e morais baseados no controle, medidas que querem impor restrições dogmáticas à vida e à liberdade de bilhões de pessoas. É recorrente também entre os indígenas o argumento de que o uso do álcool não atinge apenas os indivíduos, mas estigmatiza a cultura, como apresenta a narrativa abaixo:

A bebida atinge também a cultura, principalmente a questão cultural,

porque quando tem festas tradicionais na aldeia são proibidas bebidas alcoólicas, mas têm aqueles que não conseguem aguentar, geralmente vai escondido, chega bêbado na festa, aí o constrangimento é muito grande. Por mais que as pessoas da festa bebem, mas naquele momento não bebe, a situação fica tensa.

O relato da morte de uma indígena em Tocantínia aponta para as consequências do uso do álcool, mas também para o descaso da sociedade em relação aos usuários indígenas. Segundo o relato ela faleceu na praça sem que ninguém percebesse e sua morte só foi identificada um dia depois.

Essa mulher passou a se prostituir por causa da bebida. Casou com uma pessoa que era dependente químico. O que eu vejo agora, ninguém estendeu a mão, nem os próprios indígenas. A família foi lá, levava à força para a aldeia, mas quando tinha transporte. Na Aldeia ninguém é preso ou obrigado a ficar. Eles levavam à força, mas quando tinha transporte ela voltava. Então as instituições que são responsáveis, o estado, a saúde até a própria FUNAI que poderia ter buscado ferramentas, tratar. Não sei, acho que é falta de interesse mesmo, porque se pelo menos eles agissem, mostrar o caminho, por mais que não conseguisse trazer essa pessoa de volta, mas pelo menos se ela morresse em um lugar digno, um lugar em que foi amparada. Ela morreu na Praça de Tocantínia, quando viu ela já estava dura. Ela não comia mais, ela estava magrinha. Tinha vez que ficava uma semana, duas semanas sem comer.

O Ministério Público Federal, a convite de lideranças Indígenas do Povo Akwen, realizou um encontro em Tocantínia, em 2010, para discutir com a comunidade o preconceito relativo ao uso do álcool pelos indígenas:

Fora da aldeia teve um encontro que veio ministério público, com o delegado da região e tinha alguns “indí-

genas esclarecidos”, ou seja, aqueles que são professores, funcionários públicos. Eles se sentiam discriminados quando ia a um bar beber, porque eles eram proibidos, então um deles se levantou e disse por que a Constituição Federal disse que é direito de todos a liberdade isso não vale para os indígenas? Fazemos parte da sociedade ou somos excluídos? Aí um procurador falou, se você for discriminado pode denunciar que a pessoa vai responder processualmente e pagar os danos morais porque vocês são cidadãos.

A reação apresentada sugere que práticas ou políticas que desconsiderem o protagonismo e capacidade crítica dos Povos Indígenas não são reconhecidas como legítimas e, conseqüentemente, não repercutem positivamente no cotidiano dos grupos. A visão tutelar e colonizadora que permanece orientando muitas abordagens aos povos indígenas por parte do poder público precisa ser superada a partir do respeito e consideração das perspectivas em questão.

O Assistente Social do DSEITO, Vilmar Xerente, em entrevista ao *Jornal do Tocantins* no dia 21 de Julho de 2014 (REIS, 2014), afirmou que o preconceito contra os indígenas é um problema maior do que o uso do álcool. Segundo ele: *os não índios olham para um índio alcoolizado e veem três mil (aproximadamente a população Akwen Xerente)*. Essa tese é corroborada por outros narradores indígenas:

Quando se fala no índio atinge a todos, mas quando é o não índio fala “o cara fez isso, o fulano de tal” aí não inclui todos, mas quando fala dos indígenas parece que inclui todos. Um dia eu estava viajando com o pessoal de Miracema para jogar futebol. Estávamos indo para Rio dos Bois, aí um cara ofereceu uma bebida, eu falei: “não bebo não”, ele disse: “não acredito, não conheço nenhum índio que não bebe”.

Nesta constatação percebemos que a representação estruturada de que a maioria dos indígenas são alcoólatras permanece obscurecendo a realidade do consumo do álcool e mantendo os distanciamentos entre indígenas e não indígenas. Sabe-se, por exemplo, que alguns povos utilizavam e ainda utilizam as bebidas fermentadas em rituais de xamanismo, outros os fazem para divertimento, alimentação e até mesmo com finalidades terapêuticas. A diversidade de significados atribuídos ao consumo e produção dessas bebidas difere de grupo para grupo. Importante citar que no Brasil a produção e consumo das bebidas fermentadas ainda permanecem em várias etnias indígenas, como no caso dos kaingáng que fabricam o Kiki, uma bebida feita a base de milho, mel e água, usada em ocasiões importantes como caçadas, pescaria, colheita, cerimônias fúnebres, celebrações mágicas religiosas. Temos também os kaináwa que fabricam o caiçuma da batata macaxeira, consumidas durante a festa do Mariri. Em Roraima temos também o Caxiri, o Mocooro e o Pajuaru, produzidos em grande quantidade (SOUZA, 2001, p.153).

Tudo indica que o consumo de bebidas alcoólicas fermentadas entre os grupos indígenas não provocava transtornos de ordem física ou biológica, como acontece em relação ao uso das destiladas no presente. O uso de psicoativos em culturas tradicionais ocorria em contextos ritualizados; sendo assim, raramente apresentava-se como nocivo para os seus participantes, no grau que se vê nos dias atuais. No entanto, pela dinâmica do contato, as bebidas tradicionais fermentadas acabaram sendo substituídas, mesmo que parcialmente, pelas destiladas. Em contextos de uso de bebidas fermentadas, a passagem para os destilados parece ocorrer com maior facilidade.

Considerações finais

A tese de que a introdução das bebidas e de outros hábitos “negativos” é responsabilidade da sociedade ocidental está presente em muitas narrativas que tratam da questão do uso do álcool pelos Povos Indígenas e também foi incorporada pelos próprios indígenas, como podemos perceber. Fernandes (2004), em densa pesquisa sobre o uso de bebidas alcólicas entre Povos Indígenas no Brasil no período pré-colonial, aponta que a ideia do vazio ético antes da chegada dos europeus é um equívoco facilmente desfeito com a leitura dos documentos e relatos de viajantes e colonizadores. Bebidas como o cauim era consumidas entre os Tupinambás em festas e rituais de guerra. O uso do álcool se fazia fundamental para articular dimensões da consciência indígena, que em uma tentativa de tradução, poderíamos chamar de real e imaginário, para a realização de eventos centrais nestas sociedades, como a guerra e a celebração de ritos cotidianos.

Entre as várias estratégias de dominação utilizada pelas frentes colonizadoras destaca-se a forma como os indígenas foram representados ao longo da história do Brasil, sendo que um dos principais estereótipos construído é a do indígena cachaceiro (LANGDON, 2001, p.104):

Talvez o estereótipo mais comum que o brasileiro faça do índio é o de um bêbado, afirmação válida particularmente para os brancos que vivem perto de áreas indígenas. Esta imagem negativa, juntamente com outras semelhantes que o brasileiro tem do índio, tais como indivíduo sujo, ignorante e preguiçoso, expressa a representação estigmatizada que é experimentada frequentemente pelos índios quando interagem com a sociedade envolvente.

As representações negativas ou românticas eram necessárias para ganhar apoio popular e inclusive para jus-

tificar o massacre de etnias inteiras. Como diz Darcy Ribeiro (1996, p.148), durante o processo de expansão do sistema econômico no início do século XX, em nome do progresso e do desenvolvimento:

o extermínio dos índios era não só praticado, mas defendido e reclamado como o remédio indispensável à segurança dos que “construíam uma civilização no interior do Brasil”.

As relações de dominação e opressão que se estabeleceram desde o período colonial, foram naturalizadas nos discursos etnocêntricos dos colonizadores, que se diziam simbolicamente superiores e civilizados em relação aos nativos, e também nas políticas do governo que tinham como principal função integrar os índios as formas de vida da sociedade envolvente. A visão de que os indígenas são sempre vítimas inertes do processo de colonização, por outro lado, também não permite uma compreensão holista do uso do álcool pelas etnias. Não é possível negar a violência da colonização contra os povos originários, que permanece latente de várias formas. Por outro lado o protagonismo indígena é também uma realidade e não pode ser desconsiderado nas ações voltadas para a atenção à saúde. Em outras palavras, considerar a história do uso do álcool pela sociedade humana e tentar compreendê-lo não como uma tragédia, mas como uma realidade, pode permitir que outras formas de abordagem que relacionem saúde e uso do álcool sejam construídas. Consideramos que o discurso da vitimização, pouco contribui para uma abordagem que considere possibilidades reais de enfrentamento dos problemas ocasionados pelo uso do álcool. Por outro lado, se o uso tradicional de bebidas alcoólicas entre os Povos Indígenas brasileiros tinham um caráter estruturante da vida social, o uso atual do álcool destilado se apresenta, sem dúvida, como profunda-

mente desestruturador da vida dessas populações. Esse fato torna a temática ao mesmo tempo delicada e desafiadora o que reforça a necessidade de interlocuções culturais que problematizem o tema, a fim de ampliar as possibilidades e eficácia das abordagens.

No contexto apresentado é fundamental considerar que as ações e interpretações da equipe do DSEI referentes ao “problema” são conduzidas por uma percepção universalista, problema reconhecido pelos próprios profissionais que, com muita frequência, apresentam a falta de capacitação para o diálogo intercultural que o cotidiano do trabalho junto às populações indígenas exige:

Na nossa formação acadêmica não somos preparados para trabalhar com culturas diferentes da nossa. É como se saúde e doença fossem iguais para toda a humanidade, o que percebemos que não é verdade, quando nos deparamos com a realidade indígena. Por outro lado, o DSEI nos contrata e não nos prepara para o que vamos enfrentar aqui. Não sabemos nada de indígena e isso atrapalha muito o trabalho. Alguns até aprendem, pois estão mais abertos, mas a maioria quer tratar o índio como se fosse um paciente branco (Entrevistado profissional).

Especificamente em relação ao uso do álcool é preciso considerar a interpretação de um indígena sobre o tipo de notificação realizada. Para ele, os critérios de identificação dos “alcoólatras” nem sempre são válidos:

Em primeiro lugar os profissionais não estão sempre aqui. Às vezes escutam alguém falar que fulano ta bebendo muito e já anotam. A maioria dos profissionais é da religião evangélica e, pra eles, beber é sempre pecado. Às vezes veem alguém bebendo e já acham que é alcoólatra.

A falta de envolvimento dos profissionais no cotidiano das comunidades é uma das maiores reclamações dos indígenas da área Akwen, como atestamos durante o trabalho. Por outro lado, o número reduzido de profissionais e a quantidade de aldeias inviabiliza a promoção da atenção básica nos moldes do que preconiza o subsistema de saúde indígena, parte do Sistema Único de Saúde (SUS). São apenas dois médicos, 04 enfermeiros e um psicólogo para atender toda a área. Há também profissionais da área de odontologia, agentes indígenas de saúde (AIS) técnicos de enfermagem e agentes indígenas de saneamento (AISAN). Os técnicos e agentes de saúde estão presentes em todas as aldeias. O psicólogo, que é o responsável técnico pela saúde mental e agravos associados de todo o DSEI-TO, precisa acompanhar as oito etnias do estado, além de elaborar as estratégias e intervenções associadas ao uso do álcool e outros “transtornos mentais”. Em síntese não há profissionais em número suficiente para atender as demandas da área Akwen Xerente e os que estão atuando não recebem a capacitação adequada para alteridade representada pelo povo indígena em questão. Por outro lado, o questionamento sobre a identificação de quem seria alcoólatra, citado por um usuário indígena, sugere que ela seria feita a partir de uma lente moral, religiosa e cristã, o que comprometeria os dados apresentados pelo DSEI-TO.

O Ministério da Saúde que todas as ações ou intervenções em saúde mental devem:

Apoiar e respeitar a capacidade das diversas etnias e das comunidades indígenas, com seus valores, economias, tecnologias, modos de organização, de expressão e de produção de conhecimento, para identificar problemas, mobilizar recursos e criar alternativas para a construção de soluções para os problemas da comunidade (BRASIL, 2007).

Consideramos, no entanto, que a perspectiva relativa à idéia de saúde mental indígena é permeada pelo olhar biomédico e assim como o conceito de alcoolismo foi construída no âmbito de ideias universalistas acerca dos conceitos de saúde e doença. Nesta direção qualquer tentativa de abordar o tema deve considerar a diversidade e uma escuta atenta, que priorize a busca de um diálogo intercultural.

A partir do quadro apresentado nos cabe ressaltar que o uso de drogas está historicamente ligado à busca humana por novas sensações de prazer, alteração de humor e percepções. Assume diferentes papéis e significados dependendo da sociedade e do contexto no qual ocorre, pois, “trata-se de uma presença contínua no tempo e que envolve não somente medicina e ciência, mas também magia, religião, cultura, festa e deleite” (LANGDON, 2001, p. 1,7). Nesta direção, a tese de que é possível estender as perspectivas e conceitos marcadamente biomédicos para o universo dos povos indígenas se apresenta como um equívoco. Conceitos como “saúde mental”, “uso problemático do álcool” ou outras definições não cabem em estruturas sociais, cosmologias e relações diferentes das nossas. Saúde e doença, por exemplo, podem ter tantos significados quantos são os povos indígenas do Brasil. O comportamento dos indivíduos no contexto Akwen, por exemplo, está relacionado à estrutura de parentesco, que tem nos clãs já citados sua referência fundamental. Dessa forma os indivíduos atuam de acordo com a expectativa do clã ao qual pertencem. Neste sentido classificar um comportamento como “problemático”, sem considerar a interlocução com a estrutura social dos sujeitos não faz sentido para esse povo indígena.

Referências

- BRITO, Vilmar M. *O Joven Wapte Akwen Xerente e o trabalho..* TCC em Serviço Social. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, 2013.
- DSEI-TO. Distrito Especial Sanitário Indígena do Tocantins. Sistema de Informação Interna. *Dados sobre etnias do Tocantins*. Palmas: DSEI, 2013.
- EDWARDS G, GROSS M. Alcohol dependence: Provisional description of a clinical syndrome. *British Medical Journal*, n. 1, p. 1058-1061, 1976.
- FERNANDES, João A. *Selvagens e bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil colonial*. 2004. 373 f. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- GIRALDIN, Odair. MELO, Valéria. M.C. Os Akwe-Xerente e a busca pela domesticação da escola. *Revista Tellus*, v. 12, n. 22, p. 177-199, 2012.
- LANGDON, Jean E. O que beber como beber e quando beber: O contexto sociocultural no alcoolismo entre as populações indígenas. In: *Anais do Seminário sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre os Povos Indígenas*. Brasília: 2001, p. 149-165.
- MOI, Flávia P. *Os Xerente: um enfoque etnoarqueológico*. São Paulo, Annablume: 2007.
- OLIVEIRA, Roberto C. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1972.
- PERDUCA, Marco. *Vamos criminalizar a Proibição*. In: Acselrad G, organizadora. *Avessos do Prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 51-63.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, Mariana. Saúde é desafio para etnias do TO. *Jornal do Tocantins*. 7 de julho de 2014.
- SILVA, Reijane Pinheiro da. O índio negado e o índio desejado: a “pacificação” dos Indígenas na construção da identidade do Tocantins. *Revista Tellus*, v. n. 19, p. 145-162, 2010.
- SOUZA, João A. Alcoolismo em população Terena no Estado do Mato Grosso do Sul: Impacto da sociedade envolvente. In: *Anais do Seminário sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre os Povos Indígenas*. Brasília: 2001, p. 149-165.

Alcoholism and alcohol use among Akwe Xerente Tocantins: The indigenous perspective

Abstract: This paper proposes the questioning of the representations of alcoholism among Akwen Xerente, present in the discourse of the surrounding society, considering the indigenous perspective as opposed to those representations. Result of a research carried out under the Education Program at Work (PET- Indigenous Health), between 2013 and 2014, the reflections presented here question the stigmas that associate indigenous to idleness and alcoholism that in addition to disregard otherness in question, do not favor approaches that contribute to its role in this regard. **Keywords:** Use of alcohol, Akwen Xerente People, indigenous perspective